

PROGRAMA REGIONAL DO ALENTEJO 2021-2027

BREVE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EX-ANTE

Beja, Instituto Politécnico de Beja
23 de novembro de 2022

António Manuel Figueiredo



ALENTEJO
2030



ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO

- 1. Da Estratégia Regional à programação
- 2. Os encargos e desafios da Avaliação Ex-ante (AEA)
- 3. Conclusões: questões-chave da programação e questões críticas do ponto de vista da operacionalização/implementação
- 4. Principais recomendações



1. ERA UMA VEZ UMA ESTRATÉGIA REGIONAL ...

- Repetindo de certo modo o passado ...
- A Estratégia Regional Alentejo 2030 foi concebida com um elevado grau de liberdade em termos de orientações nacionais, para um contexto de intervenção que transcendia a futura intervenção do Programa Regional ...
- Alargado à revisão das EIDT CIM e preparação das estratégias sub-regionais ...
- Também em linha com o passado, o choque entre este ambiente de liberdade de reflexão estratégica e as condições concretas em que decorrem a negociação do período de programação e a montagem do Programa Regional tende a provocar um esfriamento de expectativas que importa mitigar, a bem da consolidação dos processos participativos a nível regional ...
- Gerir a decepção ...

1. ERA UMA VEZ UMA ESTRATÉGIA REGIONAL (2)

- Com a experiência de vários ciclos de AEA ...
- Apetece perguntar se terá de ser necessariamente sempre assim ...
- De qualquer modo, a AEA confronta-se com o desafio de avaliar um Programa, para o qual foi concebida uma Estratégia Regional (ER) de suporte, largamente participada, completada pela também muito participada revisão da RIS 3 Alentejo que tem de ser obviamente adaptada em termos do diagnóstico estratégico que suporta o *template* do PR Alentejo 2021-2027
- Não fugindo à regra de períodos de programação anteriores, a programação emerge como algo de rígido face à liberdade de conceção da ER que ...
- Em sede de operacionalização/implementação tem de ser mitigada, para que questões-chave colocadas pela ER tenham resposta pelo menos parcial no mix de instrumentos de política oferecidos pela programação

2. OS ENCARGOS E DESAFIOS DA AEA

- O Caderno de Encargos da AEA é desafiante, na medida em que a CCDR Alentejo optou e bem por um modelo de questões de avaliação bastante pormenorizado...
- Sugerindo que interpretou um exercício não obrigatório do ponto de vista regulamentar como um elemento de suporte à operacionalização da programação ...
- E que veio a revelar-se bastante coerente com o momento e condições em que a AEA decorreu – já com uma formulação bastante avançada da arquitetura, prioridades de investimento e tipologias de intervenções e alocação financeira de recursos às mesmas do Programa...
- Em suma, uma AEA com utilidade sobretudo para a operacionalização do PR Alentejo 2021-2027 e algumas ideias para programações futuras

3.1. CONCLUSÕES – GRANDES NÚMEROS E OPÇÕES

- Algum recuo na dotação de recursos FEDER em matéria de investigação científica e tecnológica, transferência de conhecimento e competitividade empresarial, cuja mitigação obrigará a uma cuidadosa monitorização do acesso da Região ao PRR nas dimensões da inovação e capitalização empresarial
- Uma oportunidade única de dinamização da RIS 3 Alentejo e do Sistema Regional de Inovação com recursos alocados especificamente à governação da descoberta empreendedora
- Um grande potencial do Programa em matéria de transição energética e climática (OP2 + Fundo de Transição Justa) embora o rearranjo de última hora neste último tenha reduzido a incidência dos apoios à economia circular inicialmente contemplados
- O objeto estranho do OP3 – infraestruturas ferroviárias: se a opção garantir execução mais rápida terá valido a pena ...



3.1. CONCLUSÕES – GRANDES NÚMEROS E OPÇÕES

▪ **OP4 (Emprego, Formação e Inclusão Social)**

- Atomização de objetivos específicos
- Recuo do FSE +
- Desafio da novidade da abordagem da inovação social, com direito a prioridade na arquitetura da programação
- Formação contínua de ativos de adaptação designadamente à transformação digital relativamente limitada na dotação de recursos, penalizando a sua utilização como instrumento de atração de investimento estruturante à Região
- Dotação residual FEDER para turismo e património e serviços culturais

▪ **OP5 – Um salto qualitativo na contratualização e nas abordagens territoriais integradas?**

- Três eixos de intervenção
 - Recursos específicos OP5 e mobilização de outros OP
- 



3.1. CONCLUSÕES – GRANDES NÚMEROS E OPÇÕES

- **OP5 – Um salto qualitativo na contratualização e nas abordagens territoriais integradas?**
 - Um desafio de grande envergadura: transformar as estratégias CIM em Planos de Ação compatíveis com as tipologias de intervenção financiadas pelo OP5 e OP complementares a mobilizar sem perder a coerência dessas estratégias sub-regionais responder
 - Questão estratégica: como as ITI CIM vão responder proactivamente ao desafio da mitigação do declínio demográfico
 - Expectativa quanto ao modo como a Região responderá aos ITI temáticos e às ITI Redes Urbanas, capitalizando nestas última lições de experiência obtidas com as RUCI



3.1. CONCLUSÕES – GRANDES NÚMEROS E OPÇÕES

▪ PLANO TERRITORIAL PARA A TRANSIÇÃO JUSTA DO ALENTEJO LITORAL

- Transição justa em região de baixa diversificação e dominância do setor energético
- Transição energética para fontes de baixo (e de preferência neutra) intensidade carbónica na região, tendo como principal grupo-alvo os trabalhadores e empresas regionais, nomeadamente aqueles mais afetados pela transição climática e energética
- Oportunidades de inovação, emprego e formação, investimentos em tecnologia e I&D que conduza à neutralidade carbónica da região
- Multiplicidade de instrumentos no quadro de uma dotação global de 98 M de €

3.2. CONCLUSÕES: AS QUESTÕES CRÍTICAS DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

- **O grande desígnio da mudança demográfica**
 - Certamente um desafio que os ITI CIM, mas também as ITI Redes Urbanas, irão equacionar na especificidade dos seus territórios (contratualização de recursos do OP5 e recursos complementares de outros OP)
 - Mas que exigirá também intervenção regional e convite ao “policy-mix” entre diferentes domínios de intervenção do PR Alentejo para além do OP5 ITI CIM, Provere e outros instrumentos
 - A AEA dedica-lhe recomendações específicas
- **Monitorização exigente das articulações com a incidência do PRR na Região, com relevo para o OP1 tendo em conta a redução de recursos FEDER para as questões da inovação e competitividade**
- **Desafios de operacionalização do OP4 (FEDER e FSE +) dada a sua forte atomização**



3.2. CONCLUSÕES: AS QUESTÕES CRÍTICAS DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

- **Como articular em sede de operacionalização as questões da inovação e competitividade e da formação de competências, designadamente as impostas pela transformação digital e pela transição energética e climática?**
- **Um tema recorrente em sucessivos períodos de programação: como acautelar a coerência externa do PR Alentejo?**
 - PRR, Programa Temático Demografia, Qualificação e Inclusão, PEPAC FEADER (sistemas produtivos agrícolas e transição climática, 1997 páginas de *template*), Programa Temático Inovação e Transição Digital
- **Como trabalhar as prioridades horizontais para lá do ESO 4.8?**



4. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- Recomendações essencialmente orientadas para as condições de operacionalização e implementação do Programa Regional, tendo em conta que a arquitetura da programação e a sua estrutura financeira estão largamente estabilizadas
- Margem de manobra em sede de operacionalização/implementação para mitigar apostas e desafios colocados pela Estratégia Regional não suficientemente acolhidos pela programação
- Combinação e integração de objetivos específicos e tipologias de intervenção

4. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- **R2. Em sede de operacionalização/implementação do PR, avisos e critérios de seleção específicos devem ser formulados para assegurar uma resposta ao ao desígnio da mudança demográfica**
 - (i) políticas e projetos de investimento empresarial e de criação de emprego qualificado e, por essa via, atração de novos residentes à Região;
 - (ii) criação de condições de residência, culturais e acolhimento desses novos residentes;
 - (iii) estratégias locais de habitação com componentes de acolhimento e integração de migrantes internacionais;
 - (iv) dinâmicas de investimento de valorização económica de recursos locais para fixação de jovens que se qualificam na Região;
 - (v) estratégias de atração à Região de novos investigadores tirando partido do valor internacionalmente reconhecido de núcleos e grupos de investigação existentes na Região;
 - (vi) políticas mais ambiciosas de conciliação da vida profissional e familiar para casais jovens;
 - (vii) exercício de fiscalidade local e em articulação com autoridades nacionais no âmbito de possíveis extensões em termos de fiscalidade nacional;
 - (viii) programas culturais de grande envergadura e visibilidade aspirando à fixação na Região de trabalhadores culturais e criativos, criando pequenas aglomerações de recursos humanos suscetíveis por si só de estimular a atração de outros artistas, criativos e outros trabalhadores culturais.

4. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- R3. Assegurar que os apoios à digitalização da administração pública local possam gerar redução dos custos de contexto empresarial e à cobertura de banda larga de elevada a geração de uma nova família de serviços às empresa
- R5. Dinamização e governação da RIS 3 Alentejo focada no desenvolvimento das atividades transformativas identificadas pela Região
- R8. Capitalizar a interação com a experiência da EMPIS para promover a abordagem da inovação social consagrada no OP4 (FSE +)
- R9. Consagrar o financiamento residual do turismo e do património e serviços culturais do OP4 (RSO 4.6) integralmente aos processos de contratualização de modo a combater a atomização de apoios
- R15. Criar as condições de contratualização adequadas para que os planos de ação ITI CIM possam adaptar-se consistentemente aos três eixos da sua programação
- R20. Capitalizar a avaliação de experiência das RUCI para valorizar as ITI Redes Urbanas



4. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- R21. Clarificar as condições de articulação e coordenação institucional da ação das Parcerias para a Coesão não Urbanas e dos ITI CIM
- R27. Assegurar a dotação de recursos técnicos e humanos para viabilizar uma estrutura de monitorização estratégica do PR Alentejo em estreita colaboração e cooperação de recursos com a monitorização de implementação.

**Em nome de toda a equipa de avaliação
Grato pela vossa atenção**



ALENTEJO
2030